

Práticas discursivas cis-heterorregulatórias de corpos e desejos em banheiros públicos

Discursive practices cis-heterorregulatory of bodies and desires in restrooms

Marcielly Cristina Moresco*

Resumo: O artigo investiga a transformação do banheiro, tradicionalmente dividido em dois gêneros, em um espaço “unissex”, durante o efêmero período das escolas ocupadas por estudantes em 2016. A escrita analisa as práticas discursivas presentes nos banheiros públicos, como uma silenciosa tecnologia de gênero, que coloca em ação várias práticas do dispositivo da sexualidade e do gênero. Finalmente, diante da vigilância panóptica (FOUCAULT, [1975] 2015) e da “governamentalidade” (FOUCAULT, [1979] 2008) desse espaço de gestão do lixo corporal (PRECIADO, 2002), percebe-se, em contrapartida, o agir político de corpos resistentes aos movimentos de normalização e ajustamento cis-heterorreguladores de uma possível pedagogia do banheiro.

Palavras-chave: Banheiro. Escola. Governamentalidade. Tecnologia de gênero.

Abstract: The article investigates the transformation of the restroom, traditionally divided into two genders, in a “unissex” space during the ephemeral period of schools occupied by students in 2016. The writing analyzes the discursive practices present in restrooms as a silent gender technology, which puts into action practices of the sexuality and gender device. Finally, in view of the panoptic surveillance (FOUCAULT, [1975] 2015) and the governmentality (FOUCAULT, [1979] 2008) of this space for the management of body's garbage (PRECIADO, 2002), it is perceived, on the other hand, the political action of bodies resistant to the movements of normalization and cis-heteroregulating adjustments of a possible pedagogy of the restroom.

Keywords: Restroom. School. Governmentality. Gender technology.

* Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Introdução

[...] Ano passado com o movimento das ocupas (pela luta contra a reforma do ensino médio e o congelamento das verbas na educação e saúde) eu conheci um lugar onde o preconceito e discriminação era inaceitável. Lá eu conheci os meus direitos como cidadã e eu não tinha medo de ser quem eu sou. E principalmente foi onde eu usava o banheiro feminino sem MEDO. Ser Trans e lutar pelos seus direitos e pela educação, foi algo que me inspirou a continuar minha luta e me aceitar a cada dia mais (Narrativa de Joana publicada em PRATES *et al.*, 2017, p. 21, [sic]).

Por que é tão expressivo e significativo o fato de as narrativas de pessoas LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Intersexuais, mais outras denominações e identificações) mencionarem a utilização do banheiro público como uma ação memorável? Uma prática tão corriqueira, o uso do banheiro raramente é algo meritório de ser lembrado por pessoas inteligíveis, isto é, aquelas que “performam” seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero e que correspondem à lógica coerente entre corpo-gênero-desejo-prática sexual.

Embora pareça estapafúrdio, o banheiro público se tornou um elemento muito comum em pesquisas e reflexões nos Estudos de Gênero e Estudos Feministas. E isso se deve ao fato de que ele é um dos principais dispositivos classificadores e produtores de diferenças e desigualdades de gênero que, por meio de seus discursos, códigos, símbolos, hierarquias e diversos outros mecanismos, delimita o espaço, a subjetividade de cada sujeito (LOURO, 2014) e o próprio direito de adentrar em um local público. Essas desigualdades ficam ainda mais acentuadas, quando se trata do uso do espaço por pessoas LGBTI+.

Ano após ano, o banheiro continua sendo uma questão de preocupação e uma via pela qual o dispositivo da sexualidade e do gênero opera a “governamentalidade” dos corpos. Em 2019, por exemplo, uma escola estadual localizada em Cambé/PR instalou câmeras de vigilância dentro dos banheiros, ferindo a privacidade e dignidade das(os) estudantes.¹ A ação desenhada nessa escola passa o seguinte discurso: não deixar escapar possíveis desordens ou desajustamentos do corpo e do desejo – a vigilância panóptica (FOUCAULT, [1975] 2015) com a intenção de vigiar, controlar e produzir corpos naturalizados, normalizados e cis-heteronormativos.² “Nada parece escapar aos olhares das instituições reguladoras que observam a forma como seus tutelados sentam, caminham, gesticulam, falam... desejam” (CAETANO *et al.*, 2017, p. 93) e executam suas necessidades fisiológicas.

Os desafios sobre o uso do banheiro por corpos dissidentes não são exclusivos dos espaços e das instituições educacionais. Mesmo que a interdição do uso do banheiro possa configurar conduta ofensiva à dignidade da pessoa humana e a direitos da personalidade, indenizável a título de dano moral (BRASIL, 2020), assistimos a diversos casos não isolados de pessoas LGBTI+, especialmente mulheres transexuais/travestis, impedidas de usar o banheiro dentro de *shopping*, empresas, bares, boates, etc.

¹ Ver mais em: <http://bit.ly/35funtb> e <http://bit.ly/2OrWXS1>. Acesso em: 7 jan. 2021.

² O conceito de cis-heteronormatividade, junção de cisnormatividade e heteronormatividade, se refere às normas de gênero e sexualidades, as quais instituem como normal e como normalidade as práticas heterossexuais e o corpo não trans e, portanto, cisgênero, dentro de um recorte de sociedade ocidental (SANTOS, 2017). A heteronormatividade se refere a um conjunto de valores e práticas discursivas que institui a heterossexualidade como a única expressão natural e legítima na sociedade (JUNQUEIRA, 2013) – emprego o termo cis (como cis-heteronormatividade) para destacar também a condição cisgênera como única expressão de gênero legitimada e possível aos sujeitos. Seguindo a mesma lógica, o conceito cis-heterossexualidade refere-se às normas heterossexuais e cisgênera na sexualidade.

Neste artigo, o objetivo é refletir sobre o banheiro enquanto uma tecnologia de gênero, que coloca em ação várias práticas do dispositivo da cis-heterorregulação e de “governamentalidade” de corpos, de identidades de gênero, de desejos e práticas sexuais. O banheiro se tornou, culturalmente, um espaço de organização e de vigilância, com o objetivo de inspecionar e padronizar os corpos e os desejos aos tradicionais códigos da masculinidade e feminilidade cis-heterossexuais, efeitos de uma “pedagogia do banheiro”. Embora o artigo faça referência a banheiros em espaços privados, tais como: *shopping*, empresa, universidade e escola, será utilizada a expressão “banheiro público”, considerando seu uso público e coletivo por diversas pessoas, seus aspectos simbólicos e arquitetônicos.

As reflexões sobre esse tema partem de trechos presentes nas narrativas de estudantes que ocuparam as escolas estaduais em 2016, em Curitiba/PR e Região Metropolitana, no fenômeno conhecido também como Primavera Secundarista. Na ocasião, foi realizada uma pesquisa cartográfica sobre o movimento de ocupação nessa localidade e produzidas diversas entrevistas em várias escolas, tentando compreender os efeitos da performatividade de gênero e da performatividade política incorporada naquele efêmero período (BUTLER, 2016), em que as escolas permaneceram ocupadas por estudantes do Ensino Médio (MORESCO, 2020). As entrevistas aconteceram na própria ocupação, e a identificação das estudantes foi preservada substituindo-se por nomes fictícios. Fundamentando as análises das narrativas, é utilizada a literatura pós-estruturalista da Filosofia, da Educação e dos Estudos de Gênero e Estudos Feministas.

Inicialmente, as narrativas das estudantes na ocupação apontam uma transformação no uso dos banheiros naquele momento transitório, em que a escola enfrenta e de como as(os) estudantes se inseriram nas discussões de gênero e alteraram a própria realidade da escola.

Narrativas de pessoas identificadas como LGBTI+, já publicadas por outros recentes trabalhos sobre a temática, também serão analisadas de modo a corroborar a observação de que, nos diversos ambientes institucionais, o banheiro público permanece um espaço de práticas discursivas discriminatórias e de (re)produção da governamentalidade de corpos, no qual aplicam-se estratégias de disciplinarização e de normalização de conduta, como controle e vigilância, produção de saberes, análise sobre seu corpo e práticas, patologização, criminalização, etc.

Quem tem o direito de usar o banheiro?

As casas de banho comunitárias e as latrinas públicas na Grécia e na Roma antigas eram locais frequentados por homens e mulheres que realizavam sua higiene e suas necessidades fisiológicas enquanto bebiam e conversavam entre si. O banho era uma prática de higiene, mas também de encontros sociais, associados a um momento de prazer e prestígio (DEL PRIORE, 2011). Com a ascensão do Cristianismo, o banho foi considerado um ato pecaminoso, não podendo ser realizado todos os dias, sendo condenado o costume de lavar-se publicamente, especialmente nos rios e em casas de banho públicas, e homens e mulheres não se banhavam no mesmo espaço, salvo nos prostíbulos (DEL PRIORE, 2011).

É claro que toda a negação e privação históricas de higiene e da falta de 'gestão do lixo corporal' (PRECIADO, 2002) originaram problemas de saúde pública, incomodando especialmente as classes altas. O próprio surgimento e a representação dos banheiros privados foram impostos pela classe burguesa europeia do século XIX, permanecendo os banheiros públicos destinados a quem não tinha condições de tomar banho em casa (PRECIADO, 2002). Previamente pensados como espaços de gestão dos excrementos nos espaços urbanos, os

banheiros tornaram-se, gradativamente, cabines de vigilância e controle do gênero, estabelecendo códigos domésticos e conjugais, com fins para uma normalização da cis-heterossexualidade e “patologização” das práticas sexuais, da identidade sexual e da identidade de gênero (PRECIADO, 2002).

Na contemporaneidade ocidental, o primeiro grande marcador da vigilância e controle do gênero, nos banheiros, são as placas logo na entrada do espaço. As placas identificam as pessoas permitidas para acessá-lo e a interpretação de quem pode adentrar no local é baseada na generificação dos corpos, mais especificamente na “genitalização”. De caráter exclusivamente binário e genital, muito representada por imagens ou símbolos, as placas de identificação sempre contrapõem homem/mulher, masculino/feminino, calça/saia, chapéu masculino/chapéu feminino, cavalheiros/damas, ele/ela, pictograma masculino/pictograma feminino, sapato baixo/sapato de salto alto, XY/XX, pênis/vulva, de pé/sentada, azul/rosa, etc.

Percebe-se que tais símbolos, figuras e termos reforçam expressões de gênero que (re)produzem a cis-heteronormatividade e os papéis de gênero, como exemplo da Figura 1, na qual a placa de “*Ladies*” (Damas) solicita veementemente: “Por favor, permanecer sentada durante todo o ato”, e a de “*Gentlemen*” (Cavalheiros) avisa em tom cômico: “Sua pontaria irá ajudar. Aproxime-se; é mais curto do que você pensa” (tradução livre da autora).

FIGURA 1 – Placas de banheiros feminino e masculino



Fonte: Divulgação (Disponível em: <https://rockntech.com.br/placas-de-banheiro-criativas/>. Acesso em: 10 maio 2021).

É notável que a preocupação nunca foi a necessidade fisiológica ou a higiene, mas a divisão binária do gênero, conforme aponta Preciado:

Na porta de cada banheiro, como único signo, uma interpelação de gênero: masculino ou feminino, senhoras ou senhores, chapéu masculino ou feminino, bigode ou flor, como se ao entrar no banheiro tivéssemos que refazer o gênero mais que nos desfazer da urina e da merda. Não nos perguntam se vamos cagar ou mijar, se temos ou não diarreia,

nada interessa, nem a cor nem o tamanho da merda. A única coisa que importa é o GÊNERO (PRECIADO, 2002, p. 1, tradução livre da autora).

Nesse sentido, há também uma inquietação sobre os banheiros públicos adaptados e preferenciais para pessoas com deficiência física. A comum ausência de símbolos “generificados” para delimitar quem pode entrar no local é um progresso quanto às críticas do banheiro segregado por gênero ou um apagamento da identidade de gênero das pessoas com deficiência física? Essa experiência vivenciada pelas pessoas com deficiência diz muito sobre a estrutura social e cultural incapaz de refletir a existência da performatividade de gênero (e também a sexualidade) sob a variação corporal humana (MELLO; NUERNBERG, 2012).

Ora, não é mais segredo que o banheiro público se tornou uma das tecnologias de gênero, conceito que Lauretis ([1987], 1994) expressou a partir da tecnologia sexual, de Foucault ([1976], 2015). Como tecnologia, o gênero passa a ser um produto e um processo dos dispositivos sociais, tais como a ciência, a religião, os meios de comunicação (como o cinema, a televisão, a internet, etc.), as jurisdições, o Estado. Assim, o gênero, bem como suas relações e papéis, passa a ser um conjunto de efeitos fabricados, constituídos e também contestados nos/pelos corpos e comportamentos, nas/pelas relações sociais, nas/pelas instituições e nos/pelos aparatos tecnológicos.

Como tecnologia de gênero, o banheiro funciona de forma silenciosa, simbólica e discreta, colocando em ação diversas práticas do dispositivo da sexualidade e do gênero. Foucault ([1976], 2015) afirma que o dispositivo da sexualidade engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, etc. Enfim, o dito e o não dito também são elementos.

O dispositivo da sexualidade e do gênero no banheiro está nas palavras e nos desenhos grafitados nas portas e paredes, e nas marcas arquitetônicas – presença ou não de espelhos, portas nas cabines, chuveiro com ou sem paredes delimitando, distinção entre mictório e vaso sanitário, plaquinhas indicando o gênero que ali tem permissão para entrar. Tudo isso é colocado em ação, através de tecnologias de disciplinamento e governamentalidade sobre os corpos – e exercidos também sobre si mesmos –, ainda que nem sempre de forma evidente e consciente (LOURO, 2016), em uma lógica continuada cis-heterossexual que ratifica corpos, modos de pensar e modos de viver centrados na matriz “cisgênera” e heterossexual. A governamentalidade, neologismo foucaultiano, é compreendida aqui como um conjunto constituído por instituições, procedimentos, análises e reflexões, que permite exercer um poder específico dirigido ao corpo político da população (FOUCAULT, [1979] 2008).

No contexto escolar, inúmeros são os elementos que são utilizados na arte de fazer o corpo, de formar o gênero e de confirmar o sexo (CAETANO *et al.*, 2017), ou seja, de governo da população-estudante. Brinquedos, livros didáticos, vestimentas, uniformes, as aulas de Educação Física, o respeito ao nome social, o alvoroço de estudantes quando a professora ou o professor chama em voz alta o número 24 da chamada,³ piadas, bilhetinhos, as filas divididas por gênero, dificuldade/proibição de ter acesso ao banheiro. Tudo construído capilarmente com fronteiras sexuais, orientando as práticas curriculares e as relações pedagógicas. Nesse processo, a escola precisa incentivar e fixar uma identidade masculina ou feminina “normal”, ou seja, um

³ O número 24 é comumente associado a pessoas homoafetivas, especialmente aos gays, e a associação possivelmente vem do jogo do bicho (jogo popular brasileiro criado no final do século XIX, no qual cada número corresponde a um animal), em que o número 24 equivale ao veado – cuja expressão tornou-se objeto de insulto direcionado ao papel sexual passivo das pessoas (FAUSTINO, 2017).

único modelo. A escola e as demais instituições, com todos os seus elementos – a incluir o banheiro, se constituem como instrumentos de governamento da população, isto é, atuam de maneira a controlar, a normalizar, a classificar e a administrar a conduta das pessoas e de toda ação, estabelecendo-se assim um padrão de normalidade: corpos cisgêneros, heterossexuais e com práticas e desejos sexuais coerentes com seu gênero de nascimento.

Em 2016, durante o movimento de ocupações estudantis das escolas estaduais em Curitiba/Paraná e Região Metropolitana, foi possível observar a adoção de banheiros sem a tradicional divisão binária de gênero (MORESCO, 2020). Em uma determinada escola do Centro de Curitiba/PR tombada como Patrimônio Cultural do Estado do Paraná, as(os) estudantes, preocupadas(os) em preservar a arquitetura histórica e cultural, decidiram não tirar as tradicionais plaquinhas com as inscrições “W.C. Feminino” e “W.C. Masculino” fixadas na entrada dos banheiros, contudo colaram uma folha de caderno com as palavras “W.C. Unissex” e os símbolos de masculino (escudo de Marte ♂), feminino (espelho de Vênus ♀), e da igualdade entre gêneros (uma junção do escudo de Marte e espelho de Vênus) sobre as plaquinhas que dividiam os banheiros, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Banheiros “unissex” na ocupação – Curitiba/PR



Fonte: Acervo pessoal da autora (2016).

Sobre os banheiros “unissex”⁴ ou sem divisão de gênero nessa escola, a decisão foi tomada por todas(os) as(os) estudantes que ocupavam o prédio e não houve conflito quanto a isso, conforme declararam nas narrativas:

Me surpreendi muito com algumas pessoas que vieram para a ocupação, gente que eu pensava não ser politizada, gente que parecia não estar

⁴ Unisex refere-se àquilo que pode ser tanto de mulheres quanto de homens. Unisex foi a palavra que as(os) estudantes encontraram para definir o banheiro e os dormitórios, sem a clássica divisão binária de “homem/masculino” e “mulher/feminino”.

nem aí para nada. Quando decidimos implementar o banheiro unissex, por exemplo, ninguém foi contra. Foi muito surpreendente (Narrativa de K.S. publicada na Revista Trip, 1 de novembro de 2016, online, [sic]).

Nota-se que, nessa ocasião, corpos e subjetividades abjetas em relação ao espaço escolar (tanto pelo ato proibido da ocupação, quanto pelos modos de ser/existir LGBTI+) estranham a divisão binária das plaquinhas sobre a porta dos banheiros da escola, buscando produzir novas configurações e outras práticas interpretativas para expressões de gênero. Tal ação os remete à reflexão da finalidade da existência desse espaço entre quatro paredes: rejeitar o lixo corporal em um local seguro em termos de saúde pública e realizar a higiene. Ou seja, necessidades fisiológicas de qualquer corpo.

Embora não tenha aparecido nas entrevistas e narrativas estudantis, o banheiro também possui a finalidade histórica de encontros de aproximação social, sexual e/ou “pegação”, prática comum desde as casas de banho da Antiguidade e ainda presente nos famosos “banheirões”, em banheiros das praças públicas, de saunas, bares e boates (PASSAMANI; ROSA; LOPES, 2020; CERVI *et al.*, 2019; TEIXEIRA, 2018; BARRETO, 2017).

Em outra escola no Centro de Curitiba/PR, duas estudantes (com nomes fictícios) conversam e analisam a situação do banheiro durante a ocupação, em entrevista realizada no dia 2 de novembro de 2016. Diferentemente da escola anterior, as(os) estudantes desta não decretaram banheiros “unissex”, mas também não mantiveram a tradicional divisão:

Nem o banheiro tá sendo muito dividido. Por exemplo, os meninos que são gays não se sentem confortáveis em tomar banho no banheiro masculino que, querendo ou não, o banheiro masculino é todo aberto. O das meninas tem as portas (Entrevistada Audre, [sic]).

Olha, mais uma característica de divisão de gênero... (Entrevistada Emma, [sic]).

Dai os meninos ((gays)) preferem tomar banho no feminino (Entrevistada Audre, [sic]).

É porque o banheiro feminino é todo separado por cabines, os chuveiros, e o masculino é só uma parede com chuveiros (Entrevistada Emma, [sic]).

E o que vocês acham disso? (Pesquisadora)

As meninas têm que se preservar, os meninos não... (Entrevistada Emma, [sic])

Essas narrativas trazem, ao menos, duas possibilidades de análise discorridas na sequência: 1) o relato sobre a diferença arquitetônica e espacial entre os banheiros feminino e masculino; e 2) o fato de estudantes que se identificam como *gays* frequentarem o banheiro feminino durante a ocupação.

A estrutura arquitetônica dos banheiros públicos constitui uma técnica de “governo” de corpos: é capaz de instituir o gênero do sujeito por meio do mictório e da parede com chuveiros no banheiro masculino e vaso sanitário e cabines com chuveiros no banheiro feminino, de acordo com o que relata a estudante entrevistada. Obedecendo à técnica de “governo”, o ato de urinar atende a uma prática culturalmente generificada, pois pressupõe a verticalidade e o tornar-se público no caso dos homens cisgêneros, e a constrição e privacidade no caso das mulheres cisgêneras (PRECIADO, 2002).

Embora, vale ressaltar, muitos banheiros masculinos também possuem o vaso sanitário, ainda assim o objeto tem, no mínimo, dois sentidos ocidentais distintos do vaso sanitário do banheiro feminino. Diferentemente do mictório, que participa da produção da masculinidade no banheiro público, a privada dos banheiros masculinos é símbolo de feminilidade abjeta/sentada e deve preservar os momentos de defecação de sólidos – abertura anal – do olhar de outros homens, evitando assim um possível convite homossexual (PRECIADO, 2002).

Por outro lado, a cabine com o vaso sanitário em banheiros públicos masculinos serve de elemento para a micção segura por homens transexuais, diminuindo o risco de sofrerem algum tipo de violência ou discriminação de homens cisgêneros.

Sampaio (2015, p. 138) comenta que o comportamento de “não sentir vergonha de urinar, tomar banho e exhibir seu corpo” diante dos outros homens constitui um “ritual de legitimação da virilidade” entre os homens cis-heterossexuais. Dessa forma, conforme os comportamentos e as práticas fora dos padrões de gênero surgem no banheiro masculino, se colocam em xeque as virilidades e masculinidades inteligíveis entre os pares (SAMPAIO, 2015).

Dessa forma, é importante lembrar como os meninos aprendem, desde criança, a conviver com a nudez coletiva nos banheiros e vestiários escolares. Contudo, mesmo em situações semelhantes, o mesmo não acontece com as meninas. A arquitetura de escolas e de outras instituições frequentemente prevê esses espaços femininos com cabines ou biombos para garantir privacidade (LOURO, 2016).

No caso do banheiro feminino, a urina e o sangue menstrual são fluxos corporais que, histórica e culturalmente, se tornaram objetos de privação no caso das mulheres “cisgêneras” e mais ainda para as mulheres transexuais/travestis. Quem nunca se deparou com um homem cisgênero urinando na rua, enquanto as mulheres se ocupam em desbravar um espaço privado para se aliviarem? Ou no caso de pessoas que menstruam, esconder o absorvente no momento de ir ao banheiro para trocá-lo, como se precisasse ocultar o artefato de um acontecimento vergonhoso ou criminoso como o ato de menstruar?

A espacialização do banheiro feminino, com suas paredes e portas, e a falsa impressão de privacidade e de ordem do doméstico serviriam para perpetuar as normas de gênero de proteção e aprisionamento da mulher, seu corpo “vulnerável” e que deve ser intocável por ela mesma.

Ainda nas narrativas das ocupações escolares sobre o uso dos banheiros, nota-se a ausência da figura lésbica e bissexual, especialmente as não feminilizadas. Todavia, não fica só nesse espaço. Preciado (2017) afirma como a cartografia das práticas lésbicas (e bissexuais) é uma espécie de negativo da cartografia *gay*, isto é, é oposta e diferente. Constatação que nos leva a entender como a lésbica é “[...] desmaterializada de modo que a sua inserção no espaço é fantasmática, ela tem a qualidade de uma sombra, tem uma condição transparente [...]” (PRECIADO, 2017, p. 6).

Sendo assim, não há ocorrências nas narrativas de estudantes das ocupações escolares sobre o uso do banheiro pelas estudantes lésbicas e bissexuais que performam algum grau de feminilidade padrão atribuída às mulheres, porque elas, como supostos sujeitos desincorporados ou como corpos que não importam, não apresentam (ou apresentam menos) ameaça à feminilidade e às normas de gênero do banheiro feminino.

Já as mulheres lésbicas e bissexuais, que não performam a feminilidade padrão atribuída às mulheres, ou se identificam como “masculinas/masculinizadas”, ao entrarem no banheiro feminino público sofrem violências sob olhares estranhos e constrangimentos, quando não chegam a serem expulsas e proibidas de usar o local. Torres e Pedroso (2020) apresentam narrativas de uma estudante universitária que sofreu com a discriminação e com a lesbofobia diante de uma ação fisiologicamente comum.

É [...] pelo meu jeito de vestir e tudo mais... eu sinto muito é mais os olhares [...] uma coisa que sempre me incomoda um pouco é a questão do uso do banheiro [...] porque na hora que eu entro no banheiro feminino, [...] principalmente [...] se tem alguém lá/ é tanto que eu prefiro pegar os banheiros dos últimos corredores, que são o de professor que estão sempre vazios... Porque as pessoas me olham muito estranho... Sempre pensam que eu sou um garoto... Sou um pouco também de

ignorar bastante os olhares (Narrativa de Carla publicada em TORRES; PEDROSO, 2020, p. 12, grifos do autor e da autora, [sic]).

As pesquisadoras Cicconetti e Magalhães (2019) também discutem a categoria lésbica masculinizada/não “feminilizada”, expondo o banheiro público como principal espaço de regulação sexual e de gênero.

Então, já aconteceu várias vezes de tipo estar entrando e me pararem, sabe a segurança me pararem assim ‘não, aqui é o banheiro feminino’ e aí eu virava e falava ‘bom, eu sou mulher’... falar isso para poder entrar. Isso aconteceu várias vezes em festivais, mais em lugares assim em baladas e tal (Narrativa de Diana publicada em CICONETTI; MAGALHÃES, 2019, p. 120, [sic]).

Nesses casos, a falsa sensação de proteção e o aprisionamento das portas e cabines nos banheiros “femininos” podem servir como mecanismos de disfarce da possível presença lésbica e bissexual masculinizada/não feminilizada ou, ainda, as identidades transexual/travesti ou não binária no espaço.

Como uma estratégia de sobrevivência em sistemas em que a cis-heterossexualidade é compulsória, o gênero se torna uma performance com efeitos punitivos (BUTLER, 2016). Os sujeitos ininteligíveis, ou seja, aqueles que não desempenham corretamente as atribuições de seu gênero, em outras palavras, não encaixam coerentemente no sistema corpo-sexo-gênero-desejo-práticas sexuais, são punidos com olhares insultuosos, constrangimentos, violências verbais ou físicas, proibição de frequentar o banheiro, etc., colocando em questão o desempenho da sua performatividade de gênero.

No banheiro público feminino, são as lésbicas e bissexuais masculinizadas/não feminilizadas e as mulheres transexuais/travestis sem “passabilidade”⁵ que sofrem mais, na consequência de não ser passável, ou melhor, não aparentar ser uma pessoa cisgênera e heterossexual. Isso porque o banheiro opera dentro da lógica panóptica

⁵ O termo *passabilidade* remete à condição de uma pessoa transgênera/transexual ou travesti se ‘passar’, isto é, ser reconhecida como pessoa cisgênera. Isto é, a *passabilidade* utiliza traços corporais, voz, expressão e performatividade de gênero, como estratégias para assegurar uma imagem de gênero de matriz heterossexual e cisgênera (PONTES; SILVA, 2018).

(FOUCAULT, [1975] 2015), no qual as mulheres vigiam coletivamente o grau de feminilidade heterossexual umas das outras e no qual qualquer ação ou aproximação alheia à feminilidade cis-heterossexual padrão e compulsória pode resultar em constrangimentos e violência para o sujeito estranho ao local.

Uma lei não escrita autoriza as visitantes casuais do banheiro a inspecionar o gênero de cada novo corpo que escolhe cruzar essa fronteira. Uma pequena multidão de mulheres, que geralmente compartilham um ou vários espelhos e pias, atua como inspetora anônima do gênero feminino, controlando o acesso dos novos visitantes aos compartimentos privados, onde em cada um deles se esconde, entre o decoro e a imundícia, uma privada. Aqui, o controle público da feminilidade heterossexual é exercido em primeiro lugar pelo olhar e, só em caso de dúvida, por meio da palavra. Qualquer ambiguidade de gênero (cabelo excessivamente curto, falta de maquiagem, uma penugem que aparece em forma de bigode, passo demasiado afirmativo...) exigirá um interrogatório do potencial usuário, que se verá obrigado a justificar a coerência da sua escolha de banheiro: “Ei, você! Se equivocou de banheiro, o dos cavalheiros está à direita” (PRECIADO, 2002, p. 2, tradução livre da autora).

Logo, além de barradas na porta ao serem confundidas como homens, essas mulheres também sofrem constrangimentos, lesbofobia, bifobia, transfobia e até violência física, caso sua expressão de gênero ou sua conduta física fique anormal ou incomum aos limites da cis-heteronormatividade. Mais um elemento para justificar a presença de vasos sanitários fechados em cabines com sistemas de travamento na porta – e, no caso da falta da trava, costumeiramente uma amiga fica do lado de fora da porta “cuidando” para que ninguém entre para inspecionar.

Vigilância, controle, aprisionamento, privacidade, domesticação. Conceitos foucaultianos para entender a sociedade disciplinar e docilizada, e para perceber que não nos causa estranhamento a constatação de que as casas, as escolas, os quartéis, os hospitais, as empresas, os banheiros se parecem com a prisão. A arquitetura e a divisão espacial de funções genitais e anais protegem contra uma

possível tentação homossexual, ou melhor, condena-a ao âmbito da privacidade, tornando o banheiro público representação e extensão da privacidade e da ordem doméstica (PRECIADO, 2002). Por outro lado, como aponta Preciado (2002), o banheiro público masculino opera em uma lógica distinta e privilegiada. Historicamente, esse local foi um reduto público em que os homens podiam se permitir jogos de complicitude sexual sob a aparência de rituais de masculinidade.

Retomando as narrativas das estudantes da escola ocupada, analisa-se agora os efeitos de estudantes *gays* tomarem banho no banheiro feminino. É possível intuir que estes não realizavam sua higiene no banheiro masculino por não se sentirem confortáveis ou seguros. Esse é um acontecimento presente também nos relatos de Sampaio (2015).

Pode-se entender que esses estudantes não atendem a uma performatividade de gênero cis-heterossexual ou não manifestam a lógica da virilidade (associada a ter um pênis, namorar meninas cisgêneras e heterossexuais, gostar de futebol, carro ou luta, andar com outros meninos cis-heterossexuais, etc.) e/ou são considerados “afeminados” (SAMPAIO, 2015). Portanto, constituem-se alvos de preconceito e violência, e passam a se sentir oprimidos ao frequentar o banheiro masculino diante da indução da cis-heterossexualidade compulsória, da misoginia e da homofobia – artefatos comuns entre as práticas preconceituosas, lembra Sampaio (2015).

Aqui, a linguagem institui e demarca o espaço ocupado pelo gênero não só pelo apagamento ou ocultamento das mulheres lésbicas e bissexuais masculinizadas/não feminilizadas, como também das pessoas *gays* afeminadas e transexuais/travestis. Sujeitos abjetos e ininteligíveis para usar o banheiro público, seja por não serem vinculados às normas de gênero ou a uma matriz cis-heterossexual, seja porque simplesmente não são nomeados, não se fala sobre eles

e, assim, não podem nem existir, pois há a ideia de ocultá-los e eliminá-los, sendo alvo constante de uma pedagogia da sexualidade (LOURO, 2014). Essa pedagogia da sexualidade é, muitas vezes, traduzida em uma pedagogia do insulto que praticam por meio da violência física ou verbal pela linguagem – jogos, brincadeiras, piadas, apelidos, constrangimentos, vocalizadas ou escritas nas portas dos banheiros (JUNQUEIRA, 2013).

Esses processos cis-heteronormativos de construção de identidades de gênero, de desejos e de práticas sexuais, compulsoriamente cis-heterossexuais, acompanham a rejeição da homossexualidade, e também da feminilidade, colocando meninas e *gays* num mesmo “armário”, ou melhor, num mesmo banheiro. Nesse sentido, Junqueira (2013) traz a noção da pedagogia do insulto como passagem para a pedagogia do armário.

A pedagogia do armário interpela a todos(as). Ora, o “armário”, esse processo de ocultação da posição de dissonância ou de dissidência em relação à matriz heterossexual, faz mais do que simplesmente regular a vida social de pessoas que se relacionam sexualmente com outras do mesmo gênero, submetendo-as ao segredo ao silêncio e/ou expondo-as ao desprezo público (JUNQUEIRA, 2013, p. 486).

É possível que o banheiro seja o novo “armário”? A situação descrita pelas(os) estudantes, sobre o banheiro feminino durante a ocupação da escola ser dividido com os estudantes *gays*, demonstra que a vigilância das normas de gênero – mecanismo central da pedagogia do “armário” – expõe essa subalternização e exclusão de corpos e práticas consideradas ininteligíveis e abjetas, efeitos de uma cis-heterorregulação por meio do banheiro.

Além de ser um mecanismo da pedagogia do “armário” – em outros termos, da “pedagogia do banheiro”, o uso desse espaço sanitário e de

higiene na escola pode se tornar um motivo para a não permanência de estudantes LGBTI+, sobretudo de travestis e transexuais. Durante uma entrevista no dia 8 de outubro de 2016, em uma escola ocupada de São José dos Pinhás/PR, a estudante Assucena (nome ficcional), que se identifica como mulher transexual, conta que dias antes da ocupação fora proibida de usar o banheiro feminino e denuncia essa interdição como um instrumento da transfobia:

[...] já sofri com transfobia nesse colégio por parte da pedagoga. Eu tava no banheiro e ela pediu para eu me retirar. Daí eu fui para a sala dela e nisso ela me perguntou como eu fazia xixi. Eu fiquei bem desconfortável. Ela me proibiu de usar o banheiro feminino; ela achou que era melhor não usar. Então, eu fiquei uma, duas semanas sem usar praticamente nenhum banheiro. Eu não usava nenhum banheiro (Entrevistada Assucena, 8 de outubro de 2016, [sic]).

É muito comum a experiência do uso do banheiro fazer parte das memórias traumáticas de estudantes e também de professoras travestis e transexuais (SANTOS, 2010; 2017). As narrativas desses sujeitos em relação ao banheiro são muito semelhantes: a escola proíbe o uso do banheiro feminino às estudantes e professoras que se identificam como mulheres transexuais/travestis ou homens transexuais/transmasculinos e impõe o espaço oposto ao gênero com que se identifica, um terceiro banheiro ou nenhum espaço, gerando um efeito de constrangimento, medo e graves problemas de saúde, o que faz com que muitas deixem de usar qualquer banheiro e até mesmo deixem de frequentar o espaço. Novamente, vale ressaltar que essa problemática e entrave ocorre também nos ambientes organizacionais/empresariais (LISBOA; AMIN, 2016; CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014).

A interdição do acesso ao banheiro com o qual se identifica é uma estratégia cis-heterorregulatória da sociedade negar, por sua vez, “os processos de fabricação do gênero identificado, como um mecanismo

de negação e desqualificação desses processos” (SANTOS, 2017, p. 180). Essa estratégia se torna violenta, inclusive simbolicamente, pois, além de impedir a pessoa de um direito de entrar num espaço público e realizar suas obrigações fisiológicas, lança a perspectiva do determinismo biológico, o olhar “genitalizado” e/ou de matriz cis-heterossexual (SANTOS, 2010), como quem diz para uma pessoa transexual/travesti: “Você nunca será uma pessoa cisgênera”, ou a uma pessoa *gay*, lésbica ou bissexual: “Você deve se relacionar com o gênero oposto e se expressar conforme se espera do seu gênero”.

Nessas situações, é muito comum ver um encaminhamento polêmico e equivocado dado pelas escolas e pelas empresas: reservar ou construir um banheiro específico, separado dos demais, para o uso das pessoas LGBTI+, em especial de pessoas transexuais/travestis – o famoso “terceiro banheiro”. Ora, o terceiro banheiro compõe uma prática segregacionista, que desenha a costumeira maneira cis-heteronormativa de lidar com aquilo que se desconhece ou que conhece pouco: afastar e esconder os sujeitos “ininteligíveis”, “desajustados”, “inadequados”. A proposta de adotar um terceiro banheiro também pode partir de pessoas LGBTI+ que, muitas vezes, inconscientemente, como observa Sampaio (2015), reforçam a cis-heteronormatividade ao defenderem essa segregação disfarçada de integração, para que sejam salvas da “pedagogia do banheiro”.

A instituição, quando encaminha as pessoas LGBTI+ para um banheiro exclusivo e segregado, em uma tentativa de solucionar um “problema” de gênero, cria uma armadilha de ocultação das corporalidades dissidentes e, também, em contrapartida, um regime de hipervisibilidade desses corpos. Assim, o terceiro banheiro torna-se um espaço representativo das manifestações LGBTIfóbicas consentidas, (re)produzidas e/ou negligenciadas pela escola ou pela empresa (NERY;

GASPODINI, 2014). Torna-se um espaço para excretar o lixo corporal, mas também de expelir a “abjeção” e a “anormalidade” incorporada.

Considerações finais

Como uma das tantas instituições produtoras de diferenças, a escola opera-as por meio de classificações e hierarquias com diversos mecanismos, com símbolos, códigos e arquiteturas que delimitam o espaço de cada uma e cada um (LOURO, 2014). E um desses dispositivos classificadores, talvez o elemento mais comum devido a seu uso ser generalizado, é o banheiro público.

Durante as ocupações escolares organizadas por estudantes, significativos efeitos de gênero e sexualidades permearam o uso e os discursos acerca dos banheiros. Algumas ocupações interromperam a clássica divisão binária por gênero desse espaço; outras mantiveram a divisão, mas com possibilidades de reduzir a vulnerabilidade e a precariedade de alguns corpos. Essa transformação partiu das(dos) próprias(os) estudantes talvez com o intuito de possibilitar novos modos de existência LGBTI+ naquele espaço. Corpos e desejos estão, a todo momento, sendo vigiados, governados, mas também criando resistências às práticas discursivas pedagógicas cis-heteronormativas.

A ocupação de espaços e prédios públicos por corpos também tem o poder de “falar”, pois os corpos possuem demandas e direitos (BUTLER, 2018). Ao subverterem as tradicionais normas escolares, como quando colocam a placa “W.C. Unisex” nos banheiros anteriormente segregados por gênero feminino e masculino, esses corpos reunidos publicamente (e indevidamente, já que “tomam” a escola, em uma nítida desobediência civil às autoridades e à lei, no sentido de ocupar um prédio público) estão clamando politicamente pelo respeito e pela promoção de modos de ser e de existir que fogem daqueles modos naturalizados, normalizados e ajustados, de acordo

com a lógica cis-heterossexual. A prática colocada em ação de abolir a separação dos banheiros, ou mesmo a de permitir que meninos *gays* utilizem o banheiro feminino, tornou possível que suas experiências e seus corpos ininteligíveis e em condições precárias vivessem uma vida vivível naquele momento e espaço.

A pedagogia do banheiro, num sentido parodial da pedagogia do armário (JUNQUEIRA, 2013), atravessa a todas(os), seja na ação dos meninos *gays* optarem por usar o banheiro feminino com as meninas, seja na adoção do terceiro banheiro. A pedagogia do banheiro tem como efeito a ocultação da dissidência em relação à matriz cis-heterossexual, além de regular os corpos, os desejos, as identidades das pessoas LGBTI+, as quais se tornam silenciadas, ocultas ou, por outro lado, causa uma hipervisibilidade que as expõem ao repúdio e ao constrangimento públicos.

Cotidianamente, por meio de atos e discursos formais e informais, curriculares, pedagógicos, administrativos e arquitetônicos, os banheiros públicos vigiam, (re)produzem, regulam, classificam, punem e interditam “corporalidades”, sexualidades e identidades de gênero dissidentes. Como demonstrado ao longo do texto, a tradicional divisão por gênero dos banheiros públicos corrobora, imediatamente, a lógica cis-heteronormativa e cis-heterorregulatória de que a divisão obedece ao órgão genital e à cultura sexista e machista observável nas estruturas arquitetônicas da placa na porta, do mictório, do vaso sanitário, das paredes e dos espelhos, por exemplo. Ademais, atesta que as pessoas se atraem, exclusivamente, por pessoas do sexo/gênero oposto. Nesse viés, as identidades lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexual, não binária e outras, o desejo, o prazer e os corpos dissidentes são deslegitimados e interditados. Usar o banheiro da escola, da universidade, do trabalho ou de qualquer lugar público precisa ser uma ação fisiologicamente necessária, mas também

como um direito de reconhecimento do que se é e de viver uma vida “vivível”.

Referências

AS MINAS DA OCUPAÇÃO. *Revista Trip/TPM*. São Paulo/SP: Trip Editora, 01 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2QD2Mtd>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. Entre sombras e vapores: memórias e práticas em uma sauna masculina. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS*, 11., 2017, Florianópolis, *Anais* [...]. Florianópolis, 2017. p. 1-12.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Diversidade – Jurisprudência do STF e Bibliografia Temática*. Cabimento de dano moral quando o fato envolve a projeção social da identidade sexual do indivíduo, RE 845.779 RG, rel. min. Roberto Barroso, j. 13-11-2014, P, DJE de 10-3-2015, Tema 778, mérito pendente de julgamento. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2020, p. 20.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Trad. de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAETANO, Marcio *et al.* Pajubeyrizes fechativas: modos bichas de trânsito na escola. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande/MS*, v. 23, n. 46, p. 87-105, jul./dez. 2017.

CARRIERI, Alexandre P.; SOUZA, Eloisio M.; AGUIAR, Ana Rosa

C. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. *Revista de Administração Contemporânea*, n. 18, v. 1, 2014, p. 78-95.

CICCONETTI, Josefina R.; MAGALHÃES, Valéria. B. de. Banheiros públicos como espaços de regulação cotidiana dos gêneros: entrevistas com mulheres lésbicas. *Cadernos CERU*, s. 2, v. 30, n. 2, p. 102-123, dez. 2019.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FAUSTINO, Emílio. *Mas afinal, por que 24 é considerado um número gay?* Observatório G. UOL. 2017. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/mas-afinal-por-que-24-e-considerado-um-numero-gay>. Acesso em: 17 jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. [1979]. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. [1975]. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. [1976]. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, jul./dez. 2013. p. 481-498.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, He-loisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

LISBOA, Daniel; AMIN, Guilherme Mayer. Transexualidade e o uso

do banheiro da empresa. *In*: WANDELLI, Leonardo Vieira; BORBA, Camila Sailer Rafanhim de. *Trabalho e regulação no Estado Constitucional*. Bauru: Clacso, 2016. p. 186-194.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 7-34.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*. v. 20, n. 3, p. 635-655, dez. 2012.

MORESCO, Marcielly Cristina. *Primavera secundarista feminista: corporalidades, gêneros e sexualidades dissidentes nas ocupações escolares no Paraná (2016/2)*. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Educação, Curitiba, Paraná, Brasil, 2020.

NERY, João W.; GASPODINI, Icaro B. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. *Coletânea Diversas Diversidades*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, p. 61-80, 2015.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; ROSA, Marcelo Victor da; LOPES, Tatiana Bezerra de Oliveira. Sutilezas e escadas da moralidade nas saunas de Campo Grande-MS. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e57896, 2020.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Periódicus*, n. 8, v. 1, p. 396-417, nov. 2017/abr. 2018.

PRATES, Giorgia; RUGGI, Lennita Oliveira; SILVA, Mônica Ribeiro

da; MACHADO, Valéria Floriano. *Ocupar e resistir: memórias de ocupação* – Paraná 2016. UFPR: Setor de Educação, 2017.

PRECIADO, Paul B. *Basura y género: mear/cagar. Masculino/feminino*, Eseté 06, Ed. Amasté Comunicación, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/1SWpT0D>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PRECIADO, Paul B. Cartografias *Queer*: o *flâneur* perverso, a lésbica topofóbica e a puta multicartográfica, ou como fazer uma cartografia “zorra” com Annie Sprinkle. *eRevista Performatus*, Inhumas, ano 5, n. 17, p. 1-32, jan. 2017.

SAMPAIO, Fabrício de Sousa. O terceiro banheiro: a fuga da pedagogia do insulto e/ou reforço da heteronormatividade? *Periódicus*, Salvador, n. 3, v. 1, maio/out. 2015.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. *Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2010.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. *Docências trans**: entre a decência e a abjeção. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2017.

TEIXEIRA, Alexandra E. Espaços, corpos e desejos: a cidade e o urbano na arquitetura da pegação em Belo Horizonte, Minas Gerais. *Periódicus*, Salvador, n. 8, v. 1, p. 238-260, nov. 2017/abr. 2018.

TORRES, Marco A.; PEDROSO, Amanda A. O reconhecimento de existências lésbicas e a lesbofobia no ensino superior. *Linhas Críticas*, Brasília, n. 26, p. 1-18, 2020.

Recebido em: 22/2/2021

Aprovado em: 30/6/2021